A DINÂMICA DO ESPAÇO AGRÁRIO DE RONDÔNIA: A TERRITORIALIZAÇÃO E AÇÕES DOS ATORES ECONÔMICOS

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA RICARTE
Professor na Rede Estadual de Ensino/SEDUC/RO
Mestrando do PPGG/UNIR
carlosgeopb@gmail.com

Resumo: Pouco mais de cinco décadas, acompanhamos de forma sistêmica a metamorfose do espaço agrário do Estado de Rondônia. O "nascimento econômico" dessa região baseou-se numa economia exclusivamente extrativista, que através de novas temporalidades e materialidades cristalizadas no território rondoniense, a partir da década de 1960, foi sucumbida por uma diversidade econômica que foi se estabelecendo e vestindo Rondônia com uma nova roupagem econômica. O cenário econômico-espacial do Estado se transforma dinamicamente e *novos atores* desse processo passam a exercer forte influência e domínio do território, impondo seus modelos de produção com base na agropecuária que projetou Rondônia no cenário multiescalar. Esse novo arranjo espacial transformou a cidade de Vilhena como centro produtor de *commodities*, especialmente de grãos de soja e milho que através dos circuitos espaciais da produção atende as normas de uma economia globalizada. É relevante destacar que essas transformações foram acompanhadas de problemas socioeconômico-ambientais e por conflitos pela posse e uso da terra entre camponeses e o agronegócio, responsáveis pelo processo de produção de alimentos, ou seja, pela soberania e segurança alimentar.

Palavra Chaves: Território. Espaço Agrário. Atores Econômicos. Políticas Públicas.

Abstract: For a little more than five decades, we have systematically accompanied the metamorphosis of the agrarian space of the Rondonia state. The "economic birth" of this region was based on an exclusively extractive economy that through the new temporalities and materialities crystallized in the Rondonian territory, since the decade of 1960 was succumbed by an economic diversity that was established and was dressing Rondonia with a new outfit of a new economy. The spatial-economic scenario of the State changed dynamically and new actors of this process begin to practice strong influence and domination of the territory by imposing their models of production with farming patterns that designed Rondonia in the multiscale scenario. This new space arrangement has transformed the city of Vilhena into the commodity-producing center, especially soybeans and corn which through the space circuits of the production comply with the norms of a globalized economy. It is relevant to highlight that these transformations were accompanied by socioeconomic-environmental problems conflicts over possession and the countrymen and between the agribusiness, sector accountable for the food production process. In other words, for the domination and food security**.**

Keywords: Territory. Agrarian space. Economic actors. Public politics

Introdução

Uma das mais importantes categorias de análise geográfica do período histórico atual, sem dúvida é o *território*. É nele que ocorre o acontecer social e é nele que encontramos a materialidade sobreposta através das temporalidades que marcam a vida em sociedade. Pensando assim, Saquet define o território como um produto e condição da *territorialização*, o que significa que 'não há sociedade sem natureza, nem natureza sem sociedade' (SAQUET, 2010).

Contextualizando o espaço agrário Amazônico encontramos processos de ações de interesses econômicos, sociais e políticos distintos entre os Estados que compõe essa região. Essa distinção é explicada pela forma como os atores político-econômicos interessados nos recursos naturais da região vêm monopolizando esses elementos numa escala de tempo cada vez menor. Daí se compreende a complexidade e a intensidade das transformações socioeconômicas pela qual o território da Amazônia Legal sofreu e, vem sofrendo, em pouco mais de cinco décadas.

Considerada uma região estratégica para o mundo, a Amazônia, hoje, não é mais uma mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores (BECKER, 2005). Um exemplo dessa nova realidade são as mutações ocorridas no espaço agrário de Rondônia, que deixou de ser um Estado meramente extrativista para se projetar como um produtor de commodities, neste século. Essa mudança econômica provocou uma ruptura no modo de vida e na organização social-produtiva no território rondoniense. Pois nas últimas décadas, evidencia-se uma nova forma de reprodução do capital com base na agropecuária que se moderniza dentro da lógica da globalização promovendo tensões e conflitos entre os atores que comandam esse processo.

Este artigo pretende analisar a ação transformadora que os atores econômicos[1] e políticos impuseram ao espaço agrário de Rondônia, à medida que foram se apropriando e prontificando o território estabelecendo novos modelos econômicos (re)ordenando o espaço de acordo com seus interesses. Ao se estabelecer no território, o capital se reproduz rapidamente com o apoio do Estado e da elite agrária-industrial, que passam a comandar o mercado das *commodities* em dimensões multiescalar.

A primeira parte desse estudo tem como finalidade analisar o modelo de desenvolvimento planejado para Rondônia com base no projeto de colonização pensado para o Estado. Nesse aspecto, observam-se as metamorfoses socioeconômicas pela qual a região foi inserida no contexto regional e nacional. Dentre essas mudanças, destaca-se o avanço da agropecuária, que se tornou a principal atividade econômica do Estado, atualmente.

A incorporação e extensão da agropecuária impõem ao espaço agrário de Rondônia rupturas sociais significativas, no qual o território passa a ser centro de tensão e conflito entre os atores hegemônicos que se instalam na região e os sujeitos sociais já territorializados, a exemplo dos camponeses, indígenas e ribeirinhos.

As ações desses novos atores econômicos são analisadas na segunda parte deste trabalho. À medida que o capital agrário vai se cristalizando sobre o território e impondo sua lógica econômica baseada numa economia de mercado, os efeitos dessa

[1] Refere-se ao indivíduo(s) ou empresa(s) que atuam no âmbito da produção e comercialização de produtos agropecuários e tem como finalidade a utilização dos recursos naturais para obter vantagens econômicas.

nova ordem econômica são rapidamente observados por todo Estado de Rondônia, em especial no município de Vilhena, onde a taxa de urbanização chegou a 95%, em 2010.

Por outro lado, impactos ambientais foram intensificados por todo o Estado, a partir da década de 1970, período marcado pela colonização territorial, dirigida pelo INCRA. O corredor rodoviário da BR-364, onde estão localizadas as principais cidades e a maior aglomeração humana de Rondônia, foi, sobretudo, a região que sofreu maior índice de degradação florestal, sendo essa área destinada à consolidação das atividades econômicas estadual.

Por fim, discute-se sobre a importância das políticas públicas e o papel do Estado nesse processo de fomento e apoio aos atores da economia que são favorecidos por uma rede de infraestruturas que se estabelece no território dinamizando o processo produtivo.

Outro aspecto de grande relevância se refere à questão da soberania e segurança alimentar, que têm sido foco da produção moderna e expressamente contextualizada como forma de debater o que e como os grupos gestores do território vêm produzindo para o consumo interno e externo. Um dos graves problemas dessa discussão está no uso abusivo de produtos químicos que cresceu velozmente no país, colocando em risco a saúde da população, pois, o Brasil tornou-se um dos maiores consumidores mundial desse pacote químico.

A metamorfose do espaço Amazônico

"O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993, p.143). Com esse conceito Claude Raffestin procura explicar o significado do território. É essencial compreender que o *espaço* antecede o *território*. "O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível" (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Desde a formação territorial do atual Estado de Rondônia, a região apresentava limitações no processo de ocupação populacional e na dinâmica econômica, moldada, principalmente, na economia extrativista em virtude das características naturais disponíveis em seu território. Essas limitações foram sendo ultrapassadas com a introdução de novas materialidades, a exemplo da Estrada de Ferro, Madeira-Mamoré (EFMM), construída entre 1907 e 1912, que viabilizou uma integração entre as principais cidades do então Território Federal do Guaporé: Porto Velho e Guajará-Mirim.

Nesse período, constata-se na região uma economia tipicamente extrativista (borracha). O *boom* da produção da borracha na Amazônia brasileira, que ocorre por volta de 1900, já inspirava o interesse de *atores econômicos* americanos que desenvolveram técnicas industriais automobilística como as invenções de Charles Goodyear e Thomas Hancock (tratamento com a vulcanização) e a Dunlop (pneumática). O aumento exacerbado pelo consumo da borracha com a crescente demanda do mercado internacional despertou um elevado índice migratório para a Região Amazônica, elevando significativamente a população regional (THÉRY, 2012, p.45).

Passado o tempo áureo da borracha a Amazônia Brasileira se insere de forma sistemática em outros setores econômicos, tais como: a exploração mineral, madeireira, e, mais recentemente, na agropecuária. Essa multiplicidade de atividades produtivas canalizou vultosos investimentos econômicos para a região, intensificando o processo

de povoamento instigado pelos projetos governamentais pensados para a Amazônia a exemplo da abertura de rodovias de integração nacional, projetos minerais, e dos projetos de colonização (SANTOS, 2007, p.7).

O projeto integracionista determinado pelos governos militares do Brasil para a Amazônia tinha como justificativa a percepção de que a região continuaria estrategicamente vulnerável se permanecesse um "vazio demográfico" e subutilizada economicamente. Portanto, a ocupação planejada seria a opção essencial de integrar à região e, consequentemente, explorar o potencial econômico disponível em seu território.

Segundo Kohlhepp (2002), o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) planejado para Rondônia e para noroeste de Mato Grosso, financiado pelo Banco Mundial, criou um novo paradigma de desenvolvimento integrado e orientado para a pobreza nas áreas rurais de zona pioneira, prontas para serem ocupadas e exploradas economicamente. Uma onda migratória partiu das áreas rurais socialmente degradas do Sul e do Sudeste do Brasil, bem como da esfera de conflitos urbanos, esses grupos de migrantes foram atraídos pela distribuição de terras dos projetos de colonização (KOHLHEPP, 2002).

Os contrastes produzidos pelo Programa POLONOROESTE foi muito além do imaginário de seus idealizadores, uma vasta área de floresta foi degradada e conflitos envolvendo assentados, posseiros, grileiros, fazendeiros e indígenas se elevaram no território de Rondônia. Como tentativa de apagar as manchas negativas do Programa Polonoroeste, o seu sucessor, o Planafloro (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia), foi implementado, visando reorganizar a problemática da situação social e ecológica em Rondônia.

Esse pacote de políticas públicas financiada pelo Estado, por organismos internacionais e pelo capital privado, contribuiu para a "*fragmentação do espaço amazônico*", sobretudo, no Estado de Rondônia, pois permitiu a introdução de novos agentes econômicos no processo de apropriação e uso do território.

Diante dessa conjuntura e das transformações socioeconômicas uma nova espacialidade se projeta na estrutura territorial agrária de Rondônia a partir da consolidação do Projeto de Colonização que (re)organizou e direcionou a economia do Estado, intencionalmente, centralizada no desenvolvimento da agropecuária, que se tornou o cerne da economia regional nas últimas décadas do século XX, tornando-se a principal atividade geradora de divisas para o Estado. Esse projeto sucumbe o modelo extrativista e, instaura um novo padrão de ocupação e uso do espaço agrário de Rondônia rompendo com as estruturas social, econômica e territorial pré-existentes.

O novo arranjo territorial e econômico de Rondônia torna-se complexo e conflitante à medida que a região passa por intenso processo de transformação socioespacial. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. A corrida pela posse da terra, o elevado grau de investimento financeiro e as políticas públicas direcionadas para atender essa crescente demanda do setor agropecuário despertou interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais na região.

Destarte, uma nova geopolítica se constitui na Amazônia brasileira, entendida por Becker (2005) como um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. Nessa perspectiva, a região passa a ocupar posição estratégica no cenário mundial, não apenas por sua rica biodiversidade, mas como caminho de entrada na rota de grãos e carne, surgindo como a *nova fronteira agrícola*.

Segundo Martins (2009), na região Norte e Centro-Oeste, a partir dos meados da década de 1950, os objetivos para a Amazônia eram econômicos e sobretudo geopolíticos. O lema era "integrar para não entregar". Falavam-se em "ocupação dos espaços vazios", sendo que as regiões eram ocupadas por tribos indígenas. (MARTINS, 2009, p.71).

Em seu estudo sobre a colonização dirigida para a Amazônia, Oliveira (1998) identificou que a intenção dos governos militares era regularizar e facilitar o monopólio da terra por grandes corporações agropecuárias e empresas estrangeiras de extração de matéria-prima vegetal e mineral, associados ao objetivo de "aliviar as tensões sociais" causadas pelas ocupações de terra pelos camponeses em todo o país (OLIVEIRA, 1998, p. 70).

Diante dessa nova estratégia operacional, criada para o desenvolvimento da Amazônia, difunde-se uma economia tecnificada e heterogênea que se insere no território dentro da lógica capitalista de produção. O uso dessas novas técnicas altera a dinâmica social e econômica em escala regional, objetivando atender uma demanda global, dando uma nova função aos lugares. É o que Santos (2008) denomina de *noção de totalidade.*

Não menos importantes, outro programa federal que surtiu efeito negativo para a Amazônia foi o *Programa Avança Brasil*, do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que influenciou substancialmente na abertura econômica da Amazônia brasileira, pois seu objetivo estava na implantação de megaprojetos de infraestrutura para a região (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, hidrovias portos, etc.). Parte das verbas para esses investimentos veio do setor privado, em geral de fontes internacionais. O programa previa a aplicação na Amazônia Legal entre 2000 e 2007, de cerca de US$ 43 bilhões, sendo US$ 20 bilhões para obras de infraestrutura que teve impactos diretos no ambiente e na sociedade local.

Em resumo, as transformações socioeconômica-espacial pela qual a Amazônia Legal foi submetida num curto espaço de tempo fez crescer o interesse pela região diante da grande quantidade de matéria-prima disponível, como suas riquezas naturais, incluindo a terra, que se tornou mercadoria de produção e concentração de riquezas que, consubstancialmente, se valorizou nas últimas décadas pelo viés das políticas públicas e pela propagação do agronegócio na região.

Um grande exemplo dessa metamorfose socioeconômica da Amazônia brasileira é visível no Estado de Rondônia que ao longo desse metabolismo espacial viu nascer uma nova *configuração territorial* baseada num grande fluxo migratório e nas mudanças econômicas, sendo apontada, atualmente, como uma referência do agronegócio, produtora de *commodities* do país. Porém, essa dinâmica não ocorreu de forma pacífica.

A construção dessa nova territorialidade foi e continua sendo marcada por conflitos territoriais como ocorre no Cone Sul rondoniense, no município de Vilhena, em que a posse e o uso da terra se cristalizam entre o agronegócio e o campesinato que possuem finalidades distintas, contraditórias, no que tange o modo de produção e a organização social desses agentes.

Os atores da economia agrária e as mutações socioeconômico-espacial de Rondônia

A partir da década de 1980, o Brasil inicia o processo de reestruturação produtiva no setor agropecuário com o incremento de novas tecnologias no campo privilegiando áreas, produtos, e segmentos sociais rural. Isso acarretou na intensa concentração da

propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor agropecuário; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização (ELIAS, 2006).

A década de 1990 emerge como uma nova era para a economia de Rondônia. É a partir dessa temporalidade que agentes econômicos vão protagonizar um novo modelo de desenvolvimento agrário para o Estado com base no agronegócio.

Depois de consolidada as terras em Rondônia através dos Projetos de Colonização organizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de 1970, o espaço agrário passa a ser gerido por novos grupos de atores econômicos em busca de construir seus impérios agropecuários[2] normados pela lógica da globalização mundial. Essa lógica tem como instrumento funcional aprimorar a produção visando ao mercado internacional, dentro do processo denominado de *circuitos espaciais da produção*, categoria proposta por Santos (1998), para entender o processo de produção através das diversas etapas pelas quais passariam os produtos até chegar ao consumidor final. Para ele, o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global.

Essa nova dinâmica econômica do espaço agrário de Rondônia tornou-se objeto de disputa entre o modo de produção camponês e o agronegócio. Dessa conflitualidade, emergem os atores econômicos que passam a controlar o espaço da produção, configurando suas territorialidades. Nesse contexto histórico, as disputas não são estabelecidas apenas pela apropriação e uso do território em si, mas o acesso e controle dos recursos naturais. Pode-se depreender que os conflitos pela apropriação do território estão relacionados diretamente com as necessidades de reprodução e de acumulação de capital. O que está em jogo é a defesa do direito de continuar alimentando uma conexão vital entre a produção de alimentos e a terra (CASTRO, 1998).

Para Vincezo e Dematteis, o conceito de território consta como:

> O espaço ocupado, apropriado e controlado; produto das relações sociais de produção que se produzem na formação do território. Para eles, é com o ideário do materialismo dialético que se possibilita uma compreensão mais coerente das relações inerentes ao espaço: *totalidade, interconexão, transformação dinâmica e contradições* (*apud* SAQUET, 2010, p.59).

Contudo, ao se apropriarem do território, esses atores econômicos impõem novas *materialidades* e *sistemas de ações e objetos*, dando origem a espaços agrários com características desiguais e combinados, dentro da perspectiva do mercado e da lógica capitalista. Dentre os sistemas de objetos e das materialidades que se cristalizam no território em produção, encontram-se as *técnicas*, entendida por Santos (2008) como um "conjunto de meios instrumentais sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa, todavia, devendo estar associada à produção do espaço geográfico".

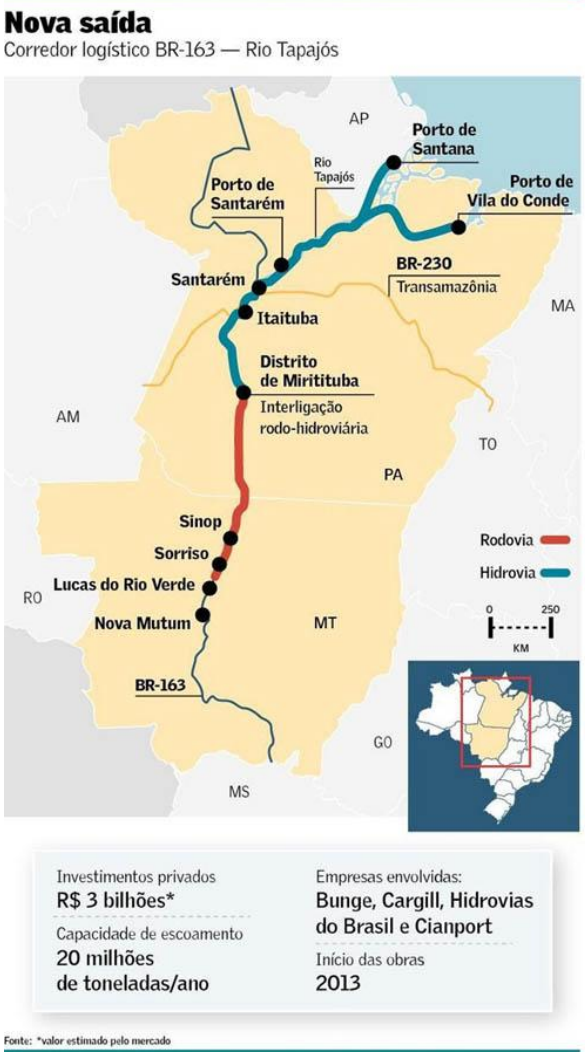
A modernização da agricultura estabeleceu uma série de contradições que gerou uma *"desordem"* no campo, sobretudo na agricultura familiar. Além de fragmentar o espaço agrário regional, expropriou inúmeras famílias para áreas rurais adjacentes ou mesmo para as cidades, corroborando para o agravamento dos problemas urbanos já existentes.

[2] Entendida como grandes propriedades rurais especializada na produção de grãos ou na criação de gado que tem como objetivo central a produção comercial multiescalar.

A criação das redes de produção agropecuárias globalizadas explica em parte as novas relações campo/cidade, a organização de sistemas urbanos mais complexos e as inter-relações cada vez mais intensas entre as cidades promovidas pelos sistemas de objetos que fixam maior fluidez ao território, a cidade passa a exercer forte influência no campo (BERNARDES, 2010, p.21).

A cultura da soja, por exemplo, ganhou impulso com a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e a Amazônia, produzindo fortes impactos ambientais sobre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Além do desmatamento direto e indireto são visíveis outros impactos ambientais severos, tais como erosão do solo e contaminação ambiental pelo uso de herbicidas, inseticidas e fungicidas, com efeitos colaterais sobre as florestas adjacentes e sobre o sistema hídrico e biológico (FEARNSIDE, 2005). Nessas áreas é possível verificar o impacto da monocultura mecanizada, sobretudo de soja, onde grandes áreas agrícolas se destacam como a região de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop que faz parte corredor logístico da BR-163 (Figura 1), tornando-se "cidade do agronegócio", cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções (ELIAS, 2006).

Figura 1: Corredor logístico do escoamento da soja (MT-PA)



Fonte: http://amazonia.org.br/2013/01/megainvestimento-abre-nova-rota-para-soja/

A consolidação desse *circuito espacial da produção* (BR-163) influenciou na expansão da produção de grãos do Mato Grosso através do sistema multimodal, transformando a região na mais dinâmica e produtora de soja do país.

A proximidade territorial do noroeste do Mato Grosso com o Cone Sul de Rondônia e a vinda de migrantes para esta região em busca de terras mais baratas e produtivas, foram fatores estratégicos e colaboradores para o avanço do agronegócio de grãos no Cone Sul de Rondônia, especialmente no município de Vilhena. À medida que novas áreas são incorporadas e transformadas em monoculturas oligopolizadas pelos agentes produtores e reprodutores de capital uma nova configuração territorial se incorpora ao espaço rural de Vilhena, liderada por grupos empresariais nacional e estrangeiro como a Cargill e Amaggi, que monopolizam a produção de grãos local.

Há na Amazônia Legal uma contínua expansão da produção de grãos e da pecuária extensiva, o que demanda cada vez mais de terras para suprir a expectativa do consumo multiescalar. Foi assim que a cidade de Vilhena se transformou no centro do agronegócio de grãos, com uma dinâmica funcional ímpar se comparada com outras regiões produtoras de grãos de Rondônia. Dados do IBGE (2013) apontam que em 2004 a área plantada em Vilhena foi de 32.000 hectares, produzindo 90.240 toneladas de grãos e, em 2013, a área plantada foi de 43.000 hectares, para uma produção de 141.900 toneladas. Essa projeção demonstra o aumento exponencial da produção de grãos de soja no município, tornando-se a vitrine do agronegócio do Estado de Rondônia.

As causas desse crescimento estão ligadas a diversos fatores como: a incorporação de novas áreas em virtude do baixo preço da terra, se comparada a outras áreas produtoras; mecanização e insumos agrícolas; logística de transportes intermodal e a presença das grandes *tradings* como a Cargill e o grupo Amaggi (SILVA, 2014).

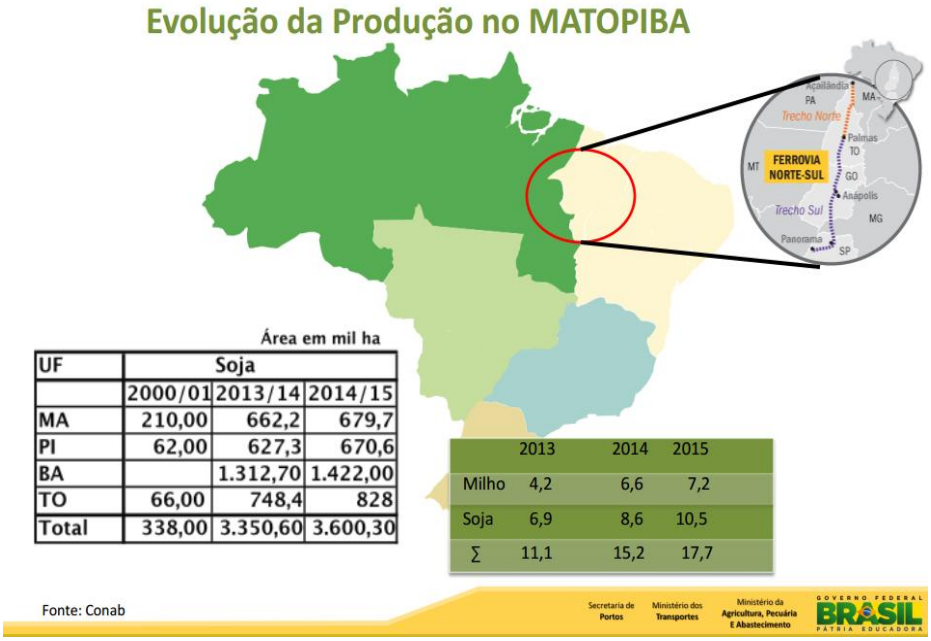
É relevante destacar dentro da dinâmica espacial de Rondônia, o sistema de logística que integra a região do Cone Sul à Porto Velho. A conexão entre os dois extremos do Estado é representada pela BR-364, aproximadamente 700 km de distância entre as duas cidades.

Além da rodovia, a Hidrovia Madeira-Amazonas, que de acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), vem se consolidando estrategicamente como um relevante eixo de escoamento de cargas, em especial devido ao seu papel de conexão entre as regiões Norte e Centro-Oeste a portos de grande porte, por onde as cargas são enviadas a outros países. Destacam-se a presença de grandes operadores como a Hermasa Navegação da Amazônia S.A. e a Transportes Bertolini Ltda (ANTAQ, 2010).

De acordo com a ANTAQ, em 2010 foram transportados pelo rio Madeira mais de 4 milhões de toneladas, incluindo tanto as cargas embarcadas nas instalações portuárias de Rondônia, quanto as desembarcadas. Foram transportados basicamente cinco grupos de mercadorias, tais como: soja, milho, semi-reboque baú, contêineres e açúcar. Essas mercadorias representam aproximadamente 99% do total transportado.

Outra região produtora de grãos que vem ganhando solidez e que cresce vertiginosamente é a região do MATOPIBA (Figura 2). Essa nova fronteira agrícola está se tornando cada vez mais promissora no Norte e Nordeste brasileiro na produção de grãos. É uma região de Cerrado que engloba o sul do Maranhão, o sul do Piauí, norte do Tocantins e oeste baiano. A alta produtividade nessas regiões, principalmente na Bahia, se dá graças às boas condições edafoclimáticas e a adoção de tecnologias no cultivo da cultura, a biotecnologia (FREITAS, 2011).

Figura 2: Evolução da produção de soja na região do MATOPIBA



Fonte: Conab. MATOPIBA: região produtora de grãos/evolução da produção
Org: Carlos A A Ricarte

Contudo, a dinâmica territorial e a estrutura fundiária de Rondônia não se constituem apenas pela presença de latifúndios monocultores, produtores de commodities. Há nessa composição um vasto território campesino, que distintamente do sistema de produção agrícola moderna, têm no trabalho familiar e na posse da terra uma produção agropecuária de grande relevância para a economia e abastecimento alimentar regional. Analisando a territorialização do campesinato, Silva (2014) afirma que

> No período de 1970 a 1995, a geografia de Rondônia sofreu alterações estruturais, mas manteve e ainda mantém uma base econômica centrada na produção familiar com forte presença dos estratos das pequenas propriedades, um espaço marcadamente do campesinato (SILVA, 2014, p. 167).

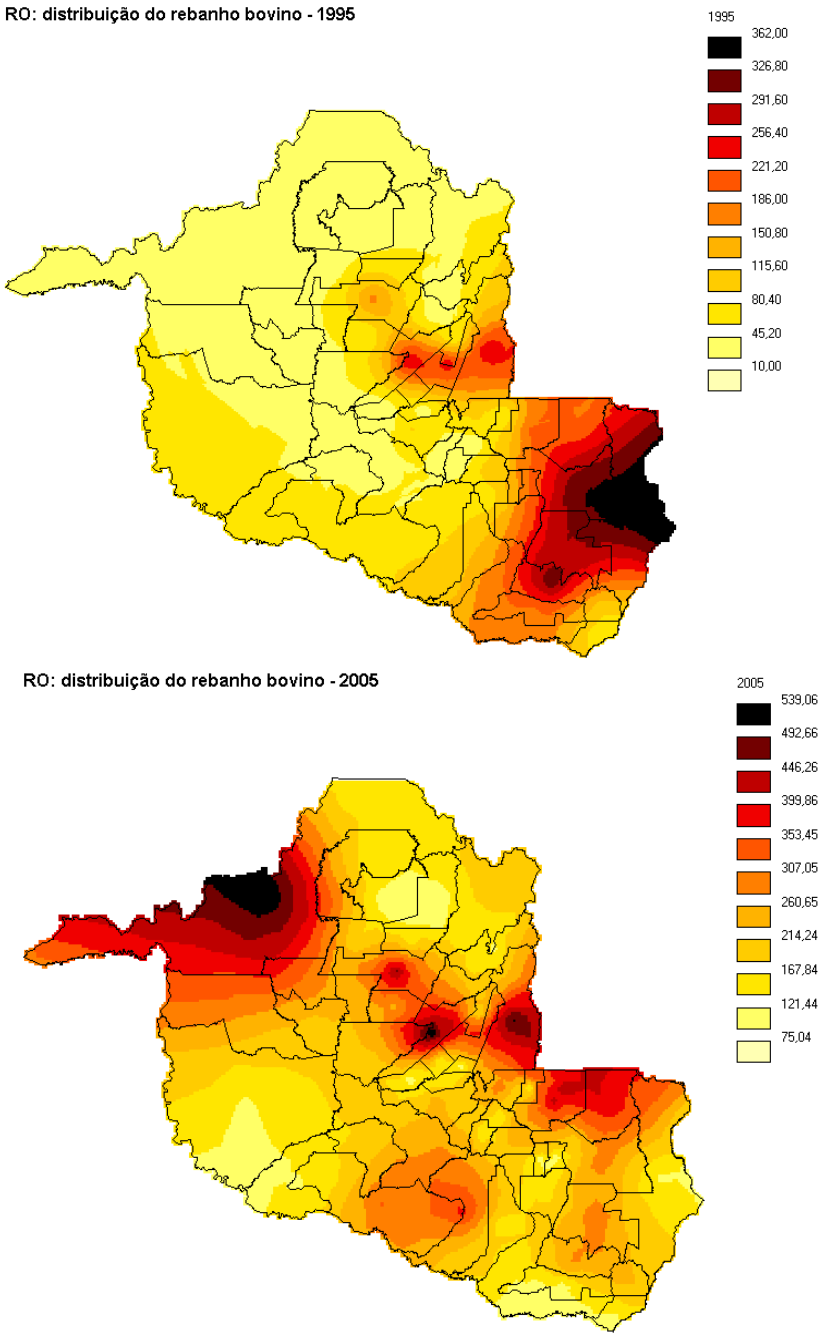
Nessa perspectiva, é relevante destacar que mesmo com o processo de modernização das técnicas no espaço de agrário de Vilhena, os moldes de produção agrícola tradicional (*campesinato*) não foram eliminados e resistem à pressão política e modernização capitalista. Ao contrário, elas coexistem mutuamente, apesar das contradições permanentes. Uma dessas diferenças está no uso do território. Para o campesinato, o território que eles querem manter é o território usado, vivido, praticado, que é o que eles conhecem, e é nele e a partir dele que aspiram as novas conquistas. Enquanto que para o agronegócio, à terra é sinônimo de (re)produção de capital (BERNARDES, 2011).

Entretanto, é dentro dessa configuração territorial que se caracteriza o espaço agrário de Rondônia, um espaço em pleno processo de transformação, de (re)organização e de expansão produtiva. Esse novo arranjo espacial em que o Estado, através de políticas de incentivo, e o capital privado conduzem à fragmentação do território e incorporam novas áreas criando latifúndios e dificultando o acesso à terra.

Esses agentes trazem consigo subsídios e tornam o território especializado em produzir mercadorias para atender as demandas globais.

Uma das mudanças incorporadas ao espaço agrário rondoniense ocorreu em Vilhena. Nessa região houve um deslocamento geográfico da pecuária que converge do Sul em direção ao Norte rondoniense, que expressa a variação da pecuária, no período de dez anos (Figura 3). Esse deslocamento resultou do avanço da produção de grãos, em áreas antes ocupadas pela pecuária no município, dando um novo arranjo no espaço agrário local.

Figura 3: Distribuição do rebanho bovino em Rondônia (1995-2005)



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE
Realizado com Philcarto - http://perso.club-internet.fr/philgeo

Assim, o espaço de produção do município de Vilhena se insere na dinâmica agrícola moderna com base em investimentos de capitais, uso de maquinários e, na formação de latifúndios produtores de soja e milho construindo um novo arranjo territorial e formalizando um espaço agrário globalizado.

Políticas públicas, soberania e segurança alimentar na perspectiva da gestão do território e da produção

A estrutura agrária do Brasil é concentradora e desigual. Enquanto em muitos países desenvolvidos a agropecuária é principalmente de base familiar, no Brasil tem domínio *patronal-latifundiário*, beneficiando uma minoria que domina o campo brasileiro. A partir dessa lógica, as elites brasileiras tentam impor e persuadir a sociedade de que o caminho para o campo é o da grande propriedade rural moderna e do trabalho assalariado, sucumbindo, portanto, a produção familiar.

A adoção de tecnologia na agropecuária se expandiu com o advento da *Revolução Verde*, quando o padrão produtivo alterou a estrutura do espaço agrário e da produção agrícola mundial, principalmente nas nações subdesenvolvidas. Esse pacote 'revolucionário' carregado de elementos tecnológico que se baseou no emprego de sementes transgênicas, máquinas, insumos químicos e biológicos, tinha como finalidade principal alcançar a autossuficiência, além de alimentar e gerar excedentes agrícolas para atender a demanda externa dos mercados em expansão (HESPANHOL, 2007, p.188).

A rigor, a produção e a extensão do agronegócio está intrinsicamente ligada à dependência dos insumos gerados para atender a essa atividade capitalizada. Nessa perspectiva, a produção não obedece mais a sua lógica natural, mas prioriza uma demanda de produtos não-naturais que ao mesmo tempo que eleva a produtividade, deixa dúvidas quanto à saúde humana.

Incentivados pelas políticas públicas estatais, muitas indústrias vinculadas ao setor agropecuário se instalaram nas regiões Centro-Oeste, na Amazônia e no Nordeste constituindo verdadeiros impérios produtores de *commodities* fomentando a economia regional, bem como gerando contradições no campo.

A expansão dessas atividades por todo território brasileiro compromete não apenas os biomas naturais, como a qualidade de vida da sociedade brasileira. Assim, a produção em larga escala criou e vem criando em todo território nacional uma *solidariedade organizacional* que se caracteriza pelo conjunto de sistemas de objetos que possibilitam uma dinâmica econômica multiescalar estruturada nos elementos técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996).

Falar de soberania e segurança alimentar como um mero processo de autonomia ou independência do ato de produzir e consumir no atual modelo de produção agrícola é "negar" a prática da agricultura moderna nos moldes da *biotecnologia*. Porém, a forma como os grupos hegemônicos do capital impõe seu modelo de produção passa a seguir a lógica do mercado global, o que influencia diretamente na soberania e segurança alimentar de muitos produtores rurais, colocando em risco a segurança alimentar, não como quantidade de alimentos produzidos, mas o que e como estão sendo produzidos, haja vista que o uso intensivo dos defensivos agrícolas (agrotóxicos) põem em risco a qualidade de vida dos consumidores. Segundo Carvalho (2014, p. 116), dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária demonstra que "o Brasil é o maior mercado de agrotóxicos do mundo. Na América Latina, concentra 84% de todas as vendas. Entre

2000 e 2007 a importação desses produtos subiu 207%. Somente a soja consome 58% do total de agrotóxicos vendidos no Brasil (seguida por milho – 18%, cana – 9%, algodão – 8%, e citrus – 7%)".

A Monsanto, Syngenta, ADM, Cargil, Bunge, e AMAGGI dominam e monopolizam o mercado de grãos e sementes transgênicas no país. O monopólio da produção e comercialização dos produtos agrícolas significa a perda da soberania por parte dos produtores, especialmente dos agricultores familiares (SAUER, 2010, p.156).

No Brasil, as políticas públicas destinadas à agricultura familiar têm como objetivo central promover o fortalecimento e o apoio à comercialização dos produtos oriundos do campesinato. Com base na segurança alimentar e nutricional dos consumidores foi criado em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse Programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores inseridos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incluídas aqui as categorias assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas (GRISA; PORTO, 2015).

O Programa visa valorizar a agricultura camponesa local e ao mesmo tempo quebrando o monopólio do setor de fornecimento de alimentos empresarial. Além de favorecer e incentivar a produção agrícola familiar, estimula a produção agroecológica e orgânica, diferentemente da produção comercial/capitalista que se utiliza do pacote tecnológico colocando em risco a segurança alimentar do consumidor. É necessário registrar que o uso intensivo de agrotóxicos relaciona-se não apenas à saúde da população, mas afeta diretamente o meio ambiente, gerando efeitos sobre culturas, contaminando solos, nascentes e aquíferos. Contudo, é necessário apreender que o setor de produção comercial/capitalista na lógica do agronegócio, por exemplo, produz o que não consumimos habitualmente, uma vez que essa categoria produtora de commodities objetiva o mercado externo.

Outro aspecto importante dentro dessa questão da soberania e segurança alimentar no Brasil é o fato de que a produção de commodities tem se espraiado anualmente ocupando e expandindo por novas áreas reduzindo o espaço da produção agrícola camponesa/familiar. Essa expansão ocorre com o apoio das políticas de incentivo do Estado que contribui para o monopólio dessas empresas que dominam o espaço agrícola do país.

Segundo Gomes e Jr (2014),

> "Os estudos mais recentes mostram que a expansão dos monocultivos afeta diretamente a produção de outras culturas. Na maior parte dos casos, é a produção diversificada de alimentos para o consumo interno que é substituída por culturas que não se consome e que avança sobre os recursos naturais e os remanescentes dos biomas" (GOMES; JR, 2014, p.117).

Os números da Conab (2014) demonstram a realidade do perfil dessa expansão. De 1993 a 2013, a produção nacional de grãos evoluiu de 68,0 milhões de toneladas para 186,9 milhões de toneladas, enquanto o saldo de exportação de produtos agropecuários apresentou um crescimento médio anual de 13%, totalizando US$ 100,61 bilhões em 2013, vindo a conquistar um marco histórico mundial de 34%.

Sem dúvida, a questão agrária brasileira está alicerçada sob a ótica de uma contraposição constituída por dois modelos de produção que expressa diferenças

estruturais e finalidades discrepantes. A coexistência do agronegócio e da agricultura familiar camponesa indica uma tensão constante na complexa formação do espaço agrário brasileiro. Diante dessa conflitualidade, é importante destacar outros ramos das políticas públicas que acirram essas rivalidades como a distribuição de renda, preservação ambiental, incluem-se aí os temas da soberania e da segurança alimentar.

De acordo com Carvalho, a promoção da soberania e da segurança alimentar dos povos na lógica do agronegócio é que:

> "A tendência econômica é a de se consolidar uma padronização universal da dieta alimentar ou dos tipos de alimentos a serem ofertados aos consumidores na maioria dos países do mundo, independentemente da sua história cultural e dos seus hábitos alimentares" (CARVALHO, 2003, p. 96).

A padronização da produção ofertada por essas empresas rurais baseada numa agricultura tecnificada vem propondo um modelo baseado principalmente nas *commodities*. Em detrimento da expansão avassaladora do agronegócio, apoiada pelas políticas do Estado, ocorre a redução da agricultura camponesa à medida que novas áreas agrícolas vão sendo incorporada pelos impérios monocultores acumuladores de capital.

Conforme Fernandes, a cada ano o agronegócio se territorializa com mais rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa: "No Brasil, a reforma agrária não desconcentra terra. Ela só minimiza a intensidade da sua concentração. Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI" (FERNANDES, 2009, p. 192). A agricultura familiar camponesa segue uma lógica oposta, mantendo forte relação tanto com o autoconsumo familiar, quanto com o fornecimento de alimentos para o consumo interno. Essa produção tem papel fundamental e contribui expressivamente na produção de alimentos, inclusive reduzindo a necessidade de importação desses produtos. Portanto, essa categoria é a maior responsável para a manutenção da segurança alimentar do país, em caráter interno.

Outra questão, não menos importante, diz respeito à insegurança alimentar. É incompreensível entender como o Brasil, considerado uma das nações de maior produção de alimentos do mundo, convive com esse gravíssimo problema social, a fome. Parece vivermos na certeza de que o país produz e exporta a comida que falta na mesa de muitos brasileiros. Dados do Portal Brasil (2015), mostram que de acordo com a ONU, são mais de 3,4 milhões de pessoas que estão em condições subalimentares.

Enfim, a questão da segurança e da soberania alimentar perpassa por um conjunto de políticas públicas que sejam capazes de ampliar e fortalecer a produção camponesa. Uma *reforma agrária socialmente justa e sustentável* é peça fundamental nesse jogo, como mecanismo de reestruturação do campo no país. É um fator estratégico para a permanência das famílias que dependem da terra para sobreviver em meio a inúmeras contradições. É obvio que o modo de produção familiar se distancia do modelo capitalista do agronegócio, não só pelo uso da mão de obra familiar e das técnicas de produção, mas pela relação harmoniosa com a natureza em sua totalidade. Para Fernandes (2013), a questão agrária deste século deverá ter como elemento de destaque a soberania alimentar, ou seja, além da terra, a comida e a qualidade dos alimentos reforçam os elementos dos problemas agrários, realidade essa já visível no campo brasileiro. Em Vilhena propriedades camponesas vêm sendo convertidas em monoculturas através do sistema de arrendamento, isso implica diretamente na redução

da produção básica de alimentos que abastece o mercado local. A conversão dessas propriedades corrobora para agravar ainda mais a soberania e a segurança alimentar da população.

Considerações Finais

No linear das transformações socioeconômicas-espacial da Amazônia brasileira em especial do território rondoniense, observamos um dinamismo acelerado decorrente das normas político-econômicas que foram introduzidas pelos agentes públicos e privados ao longo das últimas cinco décadas, que reconfigurou o território da Amazônia brasileira com objetivo de acumulação progressiva de capital. À medida que esses atores hegemônicos foram se apropriando do espaço agrário dessa região, implantaram sua lógica de produção voltada para a produção multiescalar de *commodities* (carne e grãos) visando atender a demanda externa. Ao mesmo tempo esse modelo de produção capitalista rompe com o modelo de produção tradicional camponês, que passa a sofrer pressões e perder territórios para o agronegócio.

As *frentes de expansão* que ocorreram na Amazônia promoveram um novo arranjo territorial, social e econômico para a região. Os efeitos dessas *fronts* significaram uma ruptura na organização socioespacial e econômica como a redução das terras ocupadas pelos *povos da floresta* e a fragmentação do espaço produtivo entre a expansão do agronegócio e o campesinato.

Paralelamente a esse paradigma, foram instalando no espaço regional amazônico os fixos e os fluxos (sistemas de objetos) como mecanismos de controle técnico-científico, objetos que contribuem para a implantação de modelos produtivos modernos. Partindo dessa lógica, os agentes hegemônicos passaram a controlar e comandar a produção de grãos que se alastrou e se alastra na região do Cone Sul de Rondônia, metamorfoseando o rural e o urbano.

O avanço do agronegócio nessa região se intensificou a partir da década de 1990, produziu contradições socioespaciais significativas como conflitos por terras, expropriação de camponeses, impactos ambientais e concentração fundiária, além da elevação do preço da terra. A expansão dessas monoculturas atraiu para a localidade rural e urbana do município de Vilhena empresas monopolizadoras desse setor de produção como a Cargill e o Grupo Maggi, que encontraram condições viáveis para instalação de seus sistemas de objetos favorecendo ao controle total desde a produção ao escoamento das commodities.

Destarte, a monocultura tecnificada com o apoio do Estado impõe seu modelo de produção impactando na segurança e soberania alimentar do país. A implicação sobre esse modelo de produção está no uso intensivo de produtos químico que fez do Brasil o maior consumidor mundial dessas mercadorias. Esses resíduos acabam parando na maioria da mesa dos brasileiros, em alimentos que comemos todos os dias. Portanto, esse modelo utilizado pela agricultura moderna vem comprometendo a segurança e a soberania alimentar no país pelo o uso intensivo desse pacote químico que compromete a qualidade dos produtos e, consequentemente, da saúde humana. Essas práticas comprometem a segurança alimentar do país e ao mesmo tempo a soberania, pois, a lógica do capital acaba impondo o que os proprietários rurais, em sua maioria, têm que produzir.

As crises alimentares no mundo e a mudança da matriz energética com a expansão das commodities de agroenergia também aumentaram a demanda por terra pelo

agronegócio, fator que contribuiu para intensificar a fragmentação do espaço agrário gerando consequentemente concentração de terras, expropriação rural, migração, pobreza e desigualdade no campo.

É assim caracterizado o campo na Amazônia, em Rondônia, região de recente ocupação, mas que está carregado de elementos contraditórios resultado de um modelo de produção agropecuária que privilegia um grupo em pleno processo de ascensão e domínio territorial e, exclui uma maioria social que depende do uso da terra para manter viva sua existência.

Referência

ANTAQ – **Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Superintendência de Navegação Interior**. Gerência de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior. Transportes de Cargas na Hidrovia do Rio Madeira, 2011. http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/hidroviadomadeiratransportedecargas.pdf. Acesso em: 24 de out. 2015.

BERNARDES, Júlia**.** O Novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, J. A.; ARACRI, L. A. dos Santos (Org.) **Espaço e circuitos produtivos**: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010. 120p.

BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos**. Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005.

CARVALHO, Horácio M. (org.). **Sementes. Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CASTRO, Edna M. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, nº 092, Belém, Maio de 1998.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries históricas relativas às safras 1976/77 a 2013/14 de área plantada, produtividade e produção**. 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos/conabweb/download/nupin/uploads/conab/conteudos.php?a=1252&t=2>. Acesso em: 11 nov. 2015.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (03). http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm. Acesso em: 2 nov.2015

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**. V.1, N. 1, Junho, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico - Presidente Prudente : [s.n], 2013. v.1-2

_____. M. **Sobre a tipologia dos territórios**. [2009]. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>. Acesso em: 9 nov. 2015.

FREITAS, Márcio de Campos Martins. A Cultura da Soja no Brasil: O Crescimento da Produção Brasileira e o Surgimento de uma Nova Fronteira Agrícola. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.7, N.12; 2011.

GOMES, Renata Mainenti; JR. Newton Gomes. Questão Agrária Atual: o agronegócio e o ataque à soberania e à segurança alimentar. In: **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. A Questão Agrária e Desigualdades no Brasil. Ano 35. Volume 01 Nº 02. Edição Outubro 2014. ISSN 0102‑1184

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**.(Org) Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

HESPANOL, Antônio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, J.M.; RUA, J.; RIBEIRO, M.A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: eduerj, 2007. 330 p.

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2013. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=110030&idtema=137&search=rondonia|vilhena|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2013. Acesso em 28 de nov. 2015.

KOHLHEPP, Gerd. Conflito de Interesse no Ordenamento Territorial da Amazônia Brasileira. **Estudos Avançados**, 16 (45), p. 37-61, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: – A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: contexto, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PORTAL BRASI. **Fome cai 82% no Brasil, destaca relatório da ONU.** publicado: 27/05/2015 00h00. http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/fome-cai-82-no-brasil-destaca-relatorio-da-onu Acesso em: 30 de nov. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Carlos. **A Fronteira do Guaporé**. edufro, Porto Velho, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo, Hucitec. 1996.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e Concepções de Território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, Sergio. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: expressão popular, 2010. 192p.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Globalização e Fragmentação do Espaço Agrário em Rondônia. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico.** Ano XVI, Nº 30, Dezembro de 2014, Salvador, BA. p. 163-174.